

JORNAL DA TARDE
-1 SET 1988

ANC
D 20
ANC
X
Geral

SAÚDE

A Constituinte proíbe a venda de sangue e seus derivados (E gera muita confusão e protestos)

O texto é claro: diz que está proibida a comercialização de sangue e seus derivados a partir da promulgação da nova Carta. Mas o ministro da Saúde e líderes do governo garantem que não se trata de uma estatização. E protestos já começam a surgir.

A partir da promulgação da nova Constituição — o que deve ocorrer por volta do dia 20 deste mês —, estará proibida no País a comercialização de sangue e seus derivados. Foi o que decidiu ontem a Constituinte, ao rejeitar duas emendas que pretendiam excluir os hemoderivados da proibição, gerando muita discussão entre os deputados e grande confusão e protestos entre as pessoas ligadas ao setor (veja matéria abaixo).

No entender do ministro da Saúde, Borges da Silveira, a emenda aprovada ontem não é estatizante, pois o Inamps poderá continuar mantendo convênios com bancos de sangue para fornecimento do produto, mesmo porque o Estado não teria condições de arcar com a produção e fornecimento de sangue, já que atualmente participa com apenas 30% do mercado através dos hemocentros oficiais. O ministro afirmou que líderes — como o deputado Carlos Sant'Anna — também concordam que a emenda não significa estatização.

— Se fosse esse o caso, não teríamos condições de encampar todos os bancos de sangue do País — explicou Borges da Silveira.

Uma das emendas rejeitadas pela Constituinte — assinada por Daso Coimbra (PMDB-RJ), Jofran Frejat (PFL-DF), Pedro Canedo (PFL-GO), José Lins (PFL-CE) e Raimundo Rezende (PMDB-MG) — mantém a proibição da comercialização de sangue, mas deixava para a lei regulamentar a coleta, o processamento e a transfusão de sangue e seus derivados. Ela foi rejeitada por 243 votos contra 181 e 10 abstenções, enquanto a outra emenda — rejeitada por 223 votos contra 187 e cinco abstenções —, de autoria de Alcení Guerra (PFL-PR), pretendia suprimir a expressão "e seus derivados" do texto do projeto.

Esse foi o assunto que maior tempo tomou da Constituinte, de manhã. O ex-secretário de Saúde de Brasília, deputado Jofran Frejat, lembrando ter acabado com a comercialização do sangue no Distrito Federal com uma simples portaria, defendeu, no entanto, a primeira emenda porque, segundo ele, somente daqui a cinco anos o Brasil estará preparado para produzir os derivados, que incluem os reagentes para classificação do sangue, a albumina humana, as globulinas, algumas vacinas e as imunoglobinas.

Raimundo Rezende que é médico e foi um dos autores do dispositivo do projeto,



Carlos Sant'Anna: sem estatização.

considerou "cavilosa aleivosia" a acusação de que se estava estatizando o sangue. Ele disse que os bancos de sangue dos hospitais, como o do Albert Einstein, de São Paulo, por exemplo, vão poder continuar funcionando normalmente. O que se pretende acabar, segundo ele, é com os bancos de sangue da periferia: "Esses que vivem do comércio do sangue", afirmou o deputado.

"Haverá uma abrupta estatização", rebateu Adolfo Oliveira (PL-RJ), outro médico e um dos relatores-adjuntos da Constituinte. "Não quero contribuir — acrescentou — já não digo com meu voto, mas com meu silêncio, para que crianças acabem morrendo, em recantos longínquos do País, por falta de hemoglobulina ou outros derivados."

O ex-ministro da Saúde e também médico, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo — e que, curiosamente, subiu à tribuna até por indicação de um petista, o médico Eduardo Jorge (SP) —, defendeu o texto do projeto, argumentando ser essa a posição do Conselho Federal de Medicina e da Federação Nacional dos Médicos e também "dos maiores interessados, representados pela Associação Brasileira de Hemofílicos". Ele negou ser o texto estatizante,

dizendo que no mundo inteiro a comercialização do sangue é proibida, mas isso não impede a venda de hemoderivados. Na sua opinião, os fabricantes de hemoderivados só não podem "tirar mais-valia, lucro do sangue", mas podem fazê-lo em relação aos outros componentes dos derivados.

Com isso não concorda Adolfo Oliveira: "Uma coisa é o que ele diz, outra é o texto que vai para a Constituição. Neste, a proibição é clara e alcança também os bancos de sangue dos hospitais particulares, porque inclui o processamento". Segundo ele, a aplicação da proibição também será imediata, independentemente da lei mencionada no dispositivo, porque esta tem outros objetivos.

Técnicos do setor de saúde, entretanto, dizem que a estatização não seria problema para o governo, bastando para isso que houvesse maior investimento no setor. O hemocentro de Pernambuco, por exemplo, produz 3.500 frascos de albumina humana (derivado do sangue) anualmente, ou quase 10% da demanda nacional. Em Brasília, começa a funcionar em novembro um centro de produção de hemoderivados com capacidade inicial de produção de 2.200 frascos anualmente, podendo dobrar a produção com novos investimentos.

Previsão dos bancos: "muitos problemas".

"Se o texto aprovado pela Constituinte for realmente monopolizante, o sistema hemoterápico do País terá muitos problemas. Muita gente vai morrer." Assim reagiu o hematologista Silvano Wendel, diretor do banco de sangue do Hospital Sírio-Libanês, ao ser informado pelo JT de que a Constituinte ratificou ontem a proibição de vender sangue e seus derivados no Brasil. "Serei o primeiro a fiscalizar o governo quando for promulgada a Constituição. Exigirei um padrão de qualidade idêntico ao que mantenho no banco de sangue que dirijo."

Segundo Wendel, 70% de todo o sangue movimentado nos bancos brasileiros é coletado, processado e transfundido pela iniciativa privada. Ele duvida que o governo — "que já se responsabiliza precariamente pelos 30% restantes" — tenha condições de assumir, com qualidade, todo o sistema hemoterápico brasileiro.

— A nivelção dos bancos de sangue deve dar-se pela qualidade, não importa se no setor privado ou estatal. Sempre fui contra o monopólio. A livre concorrência, em qualquer atividade, gera progresso — afirmou Silvano Wendel.

Gecel Sztlerling, diretor do banco de sangue do Hospital Albert Einstein, é mais radical: "Sou pela privatização total dos bancos de sangue. Não acredito que entidades estatais assumam com eficiência esse

trabalho. É claro que existem instituições do setor privado que agem sem dignidade, não fazem a seleção de seus doadores com segurança nem realizam todos os testes sorológicos necessários. Isso, porém, acontece igualmente nos bancos estatais. Por que, então, não se penalizaram adequadamente todos os bancos que agiam com desonestidade?"

Enquanto isso, o hematologista Jacyr Pasternak, que trabalha no Hospital do Servidor Público, manifestava dificuldade em entender o sentido do parágrafo 4º, que estabelece: "A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão do sangue e seus derivados, vedado todo o tipo de comercialização". Ele observou que nenhuma empresa ou instituição concorda com a comercialização de sangue no Brasil e, portanto, entende-se que a nova Constituição proíba que o sangue se transforme em produto comercializável. Mas Pasternak acha que essa proibição vai obrigar o poder público a fornecer gratuitamente sangue a quem precisar. E, tendo de fornecê-lo, o poder público precisará equipar-se para colher e distribuir.

Na opinião de Pasternak, mais difícil para o poder público será fornecer gratui-

tamente os chamados hemoderivados, isto é, produtos derivados do sangue: albumina humana, fatores de coagulação, plaquetas, glóbulos brancos e vermelhos. Ele explicou que a obtenção de hemoderivados requer equipamentos caros e domínio de tecnologia adequada. Mas o médico tem dúvidas se o Brasil já tem tudo isso.

A diretoria da Hoechst do Brasil, multinacional farmacêutica, manifestou sua opinião numa lacônica nota distribuída à imprensa. De acordo com a nota, as novas regras que regerão as atividades de processamento e comercialização de derivados de plasma estão sendo analisadas pela empresa, enquanto se aguarda a legislação específica.

Falta de sangue

O presidente do Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais (Hemominas), Laércio Melo, advertiu ontem que os hospitais de Belo Horizonte podem ficar sem sangue a partir deste final de semana. Segundo o presidente do Hemominas — que é o maior banco de sangue do Estado e único fornecedor para os principais hospitais da capital e Interior —, nos últimos dias a demanda de sangue e derivados aumentou em 50%, sem que houvesse um crescimento de doadores, hoje em torno de cem pessoas por dia.